

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para eventuais esclarecimentos complementares.

A Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para eventuais esclarecimentos complementares.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)				
Ativo	Nota explicativa	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido
			(reapresentado)	
Circulante				Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.228	15.601	Fornecedores
Aplicação financeira	6	14.857	-	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de clientes	7	43.655	41.116	Salários, provisões e contribuições sociais a pagar
Estoques	8	49.404	53.774	Impostos e contribuições a recolher
Impostos a recuperar	9	70.377	10.161	Dividendos a pagar
Dividendos a receber de controladas	11	13.405	7.750	Partes relacionadas
Investimento destinado à venda	30	-	4.012	Outras obrigações
Despesas antecipadas		587	1.328	Total do passivo circulante
Outros créditos		4.177	9.891	Não Circulante
Total do ativo circulante		<u>221.690</u>	<u>143.633</u>	Empréstimos e financiamentos
Não Circulante				Parcelamento de tributos
Partes relacionadas	11	196.377	199.505	Partes relacionadas
Depósitos judiciais	18	8.396	9.271	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
Contas a receber de clientes	7	209	92	Total do passivo não circulante
Impostos a recuperar	9	189	11	Patrimônio Líquido
Despesas antecipadas		1.097	-	Capital social
Outros créditos		19.534	1.083	Reserva de capital
Investimentos	12	102.887	72.829	Reserva legal
Imobilizado	13	79.884	73.337	Ajustes de avaliação patrimonial
Intangível	14	7.352	6.370	Prejuízos acumulados
Total do ativo não circulante		415.925	362.498	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Total do Ativo		<u>637.615</u>	<u>506.131</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) do exercício por ação)				
	Nota explicativa	2015	2014	
			(reapresentado)	
Operações Continuadas				
Receita Operacional Líquida		22	187.438	243.992
Custo dos Produtos Vendidos		23	(157.168)	(202.230)
Lucro Bruto			30.270	41.762
Recargas (Despesas) Operacionais				
Com vendas		23	(19.662)	(23.795)
Gerais e administrativas		12	48.342	(14.151)
Resultado de equivalência patrimonial		24	9.526	15.935
Outras recargas (despesas) operacionais, líquidas			<u>5.589</u>	<u>(9.774)</u>
Lucro Operacional e antes do Resultado Financeiro				
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras		25	34.062	12.587
Despesas financeiras		25	(82.822)	(62.749)
Variação cambial, líquida		26	141.384	9.398
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			149.213	(30.787)
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Diferidos	10.a)		230	(39.359)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Proveniente das Operações Continuadas			149.443	(70.146)
Resultado da Operação Descontinuada			30	(5.615)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			<u>143.828</u>	<u>(57.005)</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação - R\$				
Total-				
Básico e diluído		28	0,056	(0,049)
Operações continuadas-				
Básico e diluído		28	0,058	(0,027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)											
	Nota explicativa	Reserva de capital				Ajustes de avaliação patrimonial				Prejuízos acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais - subvenção para investimentos		Reserva legal	Custo atribuído ao imobilizado	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total			
		2015	2014								
Saldos em 31 de Dezembro de 2013											
Prejuízo do exercício											
Outros resultados abrangentes											
Resultado abrangente total do exercício											
Acervo líquido contábil cindido	19.a)	(10.500)	-	-	(11.280)	-	1.508	-	-	-	-
Realização de custo atribuído ao imobilizado, líquido de impostos		-	-	-	(977)	-	-	977	-	(1.278)	-
Variação cambial de custo atribuído ao imobilizado		-	-	-	(1.278)	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais - subvenção para investimentos	2.2.q)	-	8.077	-	-	-	-	(8.077)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014											
Lucro líquido do exercício											
Outros resultados abrangentes											
Resultado abrangente total do exercício											
Realização de custo atribuído ao imobilizado, líquido de impostos											
Variação cambial de custo atribuído ao imobilizado											
Reserva de incentivos fiscais - subvenção para investimentos	2.2.q)		6.073					(6.073)			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)									
	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014		
			(reapresentado)				(reapresentado)		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				Impostos e contribuições a recolher		1.194	(1.916)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				Salários, provisões e contribuições sociais a pagar		(989)	(7.759)		
proveniente das operações continuadas		149.443	(70.146)	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(11.779)	(23.294)		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício				Outras obrigações		(10.535)	7.414		
proveniente das operações continuadas com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				Caixa Aplicado nas Operações		(50.454)	(48.260)		
Depreciações e amortizações	13 e 14	10.963	19.268	Recebimento (pagamento) de operações com instrumentos financeiros derivativos		129.648	(15.285)		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	4.581	11.389	Amortização de empréstimos e financiamentos - juros		(11.169)	(15.814)		
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós-emprego	21	676	9	Caixa Líquido Gerado pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais		<u>68.025</u>	<u>(79.359)</u>		
Provisão para perdas de estoques	8	6	806	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(2.287)	1.397	Caixa e equivalentes de caixa reclassificado para aplicação financeira	6	(14.857)	-		
Reversão de provisão para perdas do imobilizado	13	-	(557)	Recebimento por venda de bens do ativo imobilizado		2.747	9		
(Reversão) provisão para impostos a recuperar	9	(89)	86	Caixa e equivalentes de caixa cindidos	1.b)	-	(2.130)		
Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado		(337)	659	Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	(22.505)	(8.066)		
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		6.210	69.644	Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		<u>(34.615)</u>	<u>(10.187)</u>		
Juros e variação cambial sobre mútuos com partes relacionadas				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(75.543)	(26.180)	Dividendos pagos	19.c)	(883)	-		
Ganho e atualização monetária com processo tributário		(27.647)	-	Dividendos recebidos de controladas		-	2.225		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a)	(230)	39.359	Captação de empréstimos e financiamentos		167.305	273.659		
Redução (aumento) nos Ativos Operacionais:				Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(335.781)	(445.475)		
Contas a receber de clientes		(369)	(13.277)	Recebimentos de mútuos concedidos a partes relacionadas		100.995	136.742		
Estoques		4.364	(17.743)	Captação de mútuos de partes relacionadas		67.651	102.184		
Impostos a recuperar		(32.658)	7.785	Amortização de mútuos obtidos de partes relacionadas		(23.070)	(12.160)		
Despesas antecipadas		(356)	2.712	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(23.783)	57.175		
Outros créditos		(12.737)	(8.924)	Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>9.627</u>	<u>(32.371)</u>		
Depósitos judiciais		875	745	Saldo no início do exercício	5	15.601	47.972		
Partes relacionadas		(2.747)	2.801	Saldo no fim do exercício	5	<u>25.228</u>	<u>15.601</u>		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>9.627</u>	<u>(32.371)</u>		
Fornecedores		(2.121)	(19.603)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
a) Disposições gerais									
A Santista Work Solution S.A. ("Companhia"), nova denominação da Tavex Brasil S.A., tem por objeto social o processamento do algodão, a fiação, a tecelagem e o acabamento de tecidos profissionais (segmento "work") para os mais diversos segmentos, tais como alimentício, automotivo, comércio em geral, construção civil, energia, hospitalar, hotelaria e segurança, entre outros; a comercialização, importação e exportação desses produtos e suas matérias-primas, bem como o negócio de confecções e demais atividades correlatas; a prestação de serviços; a locação de bens móveis e imóveis de sua propriedade; e a participação em outras sociedades.									
Conforme mencionado no item b) a seguir, a reorganização societária concluída, em 2014 marcaram o reposicionamento estratégico da Companhia e maior dedicação a este segmento.									
A Companhia e seu acionista Grupo Tavex vêm conduzindo um processo constante de revisão de suas operações devido à evolução da situação econômica e do mercado têxtil no Brasil e no mundo; contudo, o alto endividamento tem dificultado o Grupo Tavex S/A. alcançar os níveis previstos de atividade, o que tem contribuído para geração de prejuízos nos últimos exercícios e no atual a nível de Grupo Tavex. A Administração da Companhia e do Grupo Tavex revisou o plano de negócios para os próximos exercícios, para adaptá-lo às circunstâncias atuais e previstas para os mercados em que o Grupo Tavex opera, e acredita que as operações do Grupo Tavex para os próximos exercícios indicam rentabilidade necessária para continuar mantendo suas operações. Uma das ações realizadas foi a venda do investimento da controlada Tavemex - México (vide detalhes na nota explicativa nº 1.c). Adicionalmente, em nível de grupo, a Administração está tomando medidas oportunas para poder cumprir com o calendário de renovação da dívida de curto prazo e continuar obtendo o apoio financeiro necessário para financiar suas operações através de seu acionista controlador final Camargo Corrêa.									
Resaltamos que a Companhia tem apresentado nos últimos anos uma melhora nos indicadores operacionais fazendo com que o acionista controlador final Camargo Corrêa continue considerando o Grupo Tavex como um investimento estratégico para o seu portfólio de negócios no Brasil. Corroborando com essa estratégia e conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Camargo Corrêa é garantidora dos empréstimos tomados com instituições financeiras.									
A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, tendo como principal acionista o Grupo Tavex S.A. ("Grupo Tavex"), sediada na Espanha, controladora do Grupo Camargo Corrêa.									
b) Reorganização societária									
Em 1º de março de 2014, a controladora direta da Companhia, Santista Participações S.A. ("Santista Participações"), nova denominação da Tavex Brasil Participações S.A., concluiu um processo de reestruturação societária que compreendeu:									
(i) A cisão parcial do patrimônio líquido da Santista Work Solution S.A. ("Santista Work"), nova denominação da Tavex Brasil S.A., então subsidiária integral da Santista Participações.									
(ii) A integralização do acervo líquido cindido da Santista Work Solution S.A. pela Santista Jeanswear S.A., nova denominação da Tavex Indústria Têxtil S.A., subsidiária integral da Santista Participações. A parcela cindida dos ativos e passivos foi como segue:									
Ativo			R\$						
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa			2.130						
Contas a receber de clientes			99.447						
Estoques			82.394						
Impostos a recuperar			3.900						
Despesas antecipadas			976						
Outros créditos			1.970						
Total do ativo circulante			<u>190.817</u>						
Não Circulante									
Partes relacionadas			99.130						
Impostos a recuperar			1.881						
Imobilizado			134.355						
Intangível			8.827						
Total do ativo não circulante			<u>244.193</u>						
Total do Ativo			<u>435.010</u>						
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante									
Empréstimos e financiamentos			398.189						
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar			9.474						
Outras obrigações			3.263						
Total do passivo circulante			<u>410.926</u>						
Não Circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos			2.190						
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego			1.622						
Total do passivo não circulante			<u>3.812</u>						
Patrimônio Líquido (Acervo Líquido)									
Capital social			10.500						
Ajustes de avaliação patrimonial			9.772						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			<u>435.010</u>						

c) Investimento destinado à venda

Em dezembro de 2014, em Reunião de Diretoria, foi aprovada a alienação do investimento direto detido pela Companhia na Tavemex S.A. ("Tavemex"), localizada no México, a qual atua no mesmo segmento da Companhia. Em abril de 2015, a Companhia concluiu a alienação, da integralidade de sua participação acionária na Tavemex.

Os efeitos da operação descrita anteriormente refletida no balanço patrimonial e no resultado do exercício estão demonstrados na nota explicativa nº 30.

2. BASES DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são representados por empréstimos e financiamentos bancários, contas a pagar a fornecedores e saldos a pagar a partes relacionadas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge*

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designados em uma contabilidade de hedge. Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados nos balanços patrimoniais. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados no resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela área de Tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

s) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB As novas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e que ainda não estão em vigor são:

- Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Iniciativa de Divulgação - Melhorias no que tange à aplicação do conceito de materialidade na prática, (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).
- Modificações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização - Acertivos - problem as empresas de usarem o método de depreciação com base na receita para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).
- Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 - Mudanças às IFRS 5 - situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - clarificação sobre se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido; e IAS 9 - considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego - IFRS 5 - as alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada com uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas na IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis; IFRS 7 - as alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos; IAS 9 - as alterações à IAS 19 esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no fim do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo a IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019).

À Administração da Companhia está avaliando essas novas IFRSs e os impactos dos pronunciamentos mencionados anteriormente e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Até a presente data não foram mensurados os efeitos.

Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. REPRESENTAÇÃO DE SALDOS EM VIRTUDE DE RECLASSIFICAÇÃO DE ANOS ANTERIORES

Visando à melhor apresentação e comparabilidade entre os exercícios, foram efetuadas determinadas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro e em 1º de janeiro de 2014, sendo:

* Saldo de empréstimos e financiamentos - convênio de aquisição de crédito de fornecedores, referente às transações sob a modalidade de "confirming", conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

* Saldo a pagar a partes relacionadas (mútuos).

Os impactos no ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e em 1º de janeiro de 2014, na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa referentes ao exercício de 2014, em virtude dessas reclassificações, são como segue:

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro e 1º de Janeiro de 2014 (em milhares de reais - R\$)

Ativo	31/12/14		01/01/14			
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	15.601	-	15.601	47.972	-	47.972
Contas a receber de clientes	41.116	-	41.116	128.227	-	128.227
Estoques	53.774	-	53.774	119.231	-	119.231
Impostos a recuperar	10.161	-	10.161	16.608	-	16.608
Dividendos a receber de controladas	7.750	-	7.750	4.469	-	4.469
Investimento destinado à venda	4.012	-	4.012	-	-	-
Despesas antecipadas	1.328	-	1.328	3.016	-	3.016
Outros créditos	9.891	-	9.891	3.489	-	3.489
Total do Ativo Circulante	143.633	-	143.633	323.012	-	323.012
Não Circulante						
Partes relacionadas	199.505	-	199.505	403.669	-	403.669
Depósitos judiciais	9.271	-	9.271	10.016	-	10.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	44.011	-	44.011
Contas a receber de clientes	92	-	92	548	-	548
Impostos a recuperar	11	-	11	2.216	-	2.216
Outros créditos	1.083	-	1.083	531	-	531
Investimentos	72.829	-	72.829	159.938	-	159.938
Imobilizado	73.337	-	73.337	218.547	-	218.547
Intangível	6.370	-	6.370	15.655	-	15.655
Total do Ativo não Circulante	362.498	-	362.498	855.131	-	855.131
Total do Ativo	506.131	-	506.131	1.178.143	-	1.178.143
Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)						
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	10.433	(3.024)	7.409	65.765	(38.754)	27.011
Empréstimos e financiamentos	152.492	3.024	155.516	680.905	38.754	719.659
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar	4.253	-	4.253	21.486	-	21.486
Impostos e contribuições a recolher	3.748	-	3.748	4.720	-	4.720
Dividendos a pagar	6.750	-	6.750	6.750	-	6.750
Partes relacionadas	102.635	(48.306)	54.329	4.358	-	4.358
Outras obrigações	28.029	-	28.029	23.878	-	23.878
Total do Passivo Circulante	308.340	(48.306)	260.034	807.862	-	807.862
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	194.104	-	194.104	181.404	-	181.404
Parcelamento de tributos	3.233	-	3.233	4.177	-	4.177
Partes relacionadas	-	48.306	48.306	-	-	-
Provisão para riscos tributários, civéis e trabalhistas	20.980	-	20.980	32.885	-	32.885
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	-	-	-	1.754	-	1.754
Total do Passivo não Circulante	218.317	48.306	266.623	220.220	-	220.220
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)						
Capital social	172.786	-	172.786	183.286	-	183.286
Reserva de capital	28.568	-	28.568	20.491	-	20.491
Reservas de lucros	5.030	-	5.030	5.030	-	5.030
Ajustes de avaliação patrimonial	(589)	-	(589)	33.324	-	33.324
Prejuízos acumulados	(226.321)	-	(226.321)	(92.070)	-	(92.070)
Total do Patrimônio Líquido e Passivo a Descoberto	(20.526)	-	(20.526)	150.061	-	150.061
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	506.131	-	506.131	1.178.143	-	1.178.143

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (em milhares de Reais - R\$, exceto o Prejuízo do Exercício por Ação)

	31/12/14		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida	243.992	-	243.992
Custo dos Produtos Vendidos	(202.876)	646	(202.230)
Lucro Bruto	41.116	646	41.762
Recargas (Despesas) Operacionais	(31.785)	-	(31.785)
Lucro Operacional e antes do Resultado Financeiro	9.331	646	9.977
Resultado Financeiro	(40.118)	(646)	(40.764)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(30.787)	-	(30.787)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	(39.359)	-	(39.359)
Prejuízo do Exercício proveniente das Operações Continuadas	(70.146)	-	(70.146)
Resultado das Operações Descontinuadas	(67.005)	-	(67.005)
Prejuízo do Exercício	(127.151)	-	(127.151)
Prejuízo do Exercício por Ação - RS			
Total	(0,049)	-	(0,049)
Operações Continuadas-Básico e Diluído	(0,027)	-	(0,027)

Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em Milhares de Reais - R\$)

	2014		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(114.442)	35.083	(79.359)
Caixa líquido Aplicado nas atividades de investimento	(10.187)	-	(10.187)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	92.258	(35.083)	57.175
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	(32.371)	-	(32.371)

IMPACTOS DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na prática das práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros.

Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Diferenças temporárias: Provisão para perdas nos estoques Provisão para perdas de recebíveis Provisão para riscos e tributos com exigibilidade suspensa Provisão para contas a pagar e outras provisões Provisão para perdas com operações descontinuadas Perdas (ganhos) não realizadas (os) com instrumentos financeiros derivativos Custo atribuído ao ativo imobilizado Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego Outras Total da base de cálculo Alíquotas vigentes

Provisão para não realização de imposto de renda e contribuição social diferidos Total Para o encerramento de 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia, fundamentada no novo plano de negócio aprovado para o segmento "work" e na expectativa de não geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários diferidos, provisionou integralmente esses créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A legislação fiscal permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social em cada ano a 30% da receita tributável.

Lei nº 12.973/14 A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, trouxe alterações relevantes à legislação tributária que, entre outras, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT). Estas alterações impactam diretamente a determinação da base de cálculo do IRPJ e CSLL. A partir de 2015 a aplicação da norma é obrigatória e a Companhia aplicou os preceitos dessa lei.

11. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos e as transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2015		2014			
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Receita de vendas	Receitas (despesas) financeiras
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Santista Participações S.A.	-	4	103	-	-	-
Santista Jeanswear S.A. (a)	322	546	159.109	97.345	-	-
Tavex Argentina S.A.(c)	9.645	8.390	1.117	854	13.405	7.750
Tavex Chile S.A.	-	-	14	9	-	-
Icortex S.A. (b)	-	-	-	-	-	-
Settavex S.A.	-	-	-	-	-	-
Grupo Tavex S.A. (b)	191.846	194.682	5.243	3.372	-	-
Camargo Corrêa S.A.	3.817	4.050	-	1.239	-	-
	205.630	207.668	165.487	102.922	13.405	7.750
Parcela do circulante (c)	9.253	8.163	67.357	54.912	-	-
Parcela do não circulante	196.377	199.505	98.136	48.306	-	-

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- a) Reconhecimento da receita de vendas Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de refinação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente.
- b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.
- c) Provisão para riscos tributários, civéis e trabalhistas A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. A provisão é constituída para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essa provisão para riscos tributários, civéis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.
- d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 2.2.1.
- e) Provisão para perdas nos estoques Constituída considerando-se a análise realizada pela Administração para os estoques classificados como diferentes de primeira linha sobre as prováveis perdas de margem na venda e de giro lento.
- f) Plano de previdência privada O valor atual do plano de previdência privada depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, divulgadas na nota explicativa nº 21. A mudança em uma dessas estimativas pode afetar os resultados apresentados.
- g) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
- h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível Conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa e bancos	1.859	1.661
Bancos em moeda estrangeira	6.879	212
	8.738	1.873

Aplicações financeiras: Certificados de Depósito Bancário - CDBs Operações financeiras lastreadas em debêntures

	2015	2014
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	12.306	12.628
Operações financeiras lastreadas em debêntures	4.184	1.100
	16.490	13.728
	25.228	15.601

Os recursos financeiros disponíveis no Brasil são aplicados basicamente em aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações lastreadas em debêntures, com vencimentos atrelados em (CDI), (Certificado de depósito interbancário - CDI), com remuneração entre 99,0% a 101,5% do CDI, com garantia de resgate imediato e com risco insignificante de mudança em seu valor contábil.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou o montante de R\$14.857, da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" para a rubrica "aplicações financeiras" para atender certas cláusulas contratuais de garantia de possíveis valores a pagar decorrente da alienação, de sua controlada Tavemex S.A., conforme nota explicativa 1.c, cuja transação foi concluída em abril de 2015.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2015	2014
Mercado interno	60.992	62.815
Mercado externo	2.775	1.673
Partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	9.253	8.163
	73.020	72.651
	(29.156)	(31.443)
	43.864	41.208
	43.655	41.116

Parcela do circulante Parcela do não circulante Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão distribuídos conforme segue:

	2015	2014
A vencer	33.278	33.399
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.930	2.495
De 31 a 60 dias	1.690	1.937
De 61		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Fndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09
Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, totalizando o valor de R\$4.236, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total foi reclassificado para a rubrica "Parcelamento de tributos", sendo, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$170 (R\$158 em 31 de dezembro de 2014), no passivo circulante, classificado na rubrica "Outras obrigações" e R\$1.338 (R\$1.391 em 31 de dezembro de 2014), no passivo não circulante.

Parcelamentos de débitos tributários estaduais
Em 22 de janeiro de 2013, foi deferido o pedido de parcelamento de ICMS na Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, totalizando o valor de R\$630. Também em 30 de agosto de 2013, a Companhia obteve o deferimento do Programa Especial de Parcelamento - PEP perante a mesma Secretária para os débitos inscritos em dívida ativa, totalizando R\$3.421, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total de R\$5.310, já desconsiderando o desconto de R\$1.259, foi reclassificado para a rubrica "Parcelamento de tributos", sendo, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$702 (R\$894 em 31 de dezembro de 2014), no passivo circulante, classificado na rubrica "Outras obrigações" e R\$1.140 (R\$1.842 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante.

Depósitos judiciais
Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos registrados no ativo não circulante estão assim representados:

	2015	2014
Processos trabalhistas	4.614	5.430
Processos cíveis	87	401
Processos tributários	3.628	3.373
Outros	67	67
	8.396	9.271

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social da Companhia, no montante de R\$172.786, estava representado por 882.911.454 ações ordinárias e 1.694.857.699 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal. A reconciliação das ações no início e no fim do exercício é como segue:

	Ordinárias	Preferenciais
Posição acionária em 31 de dezembro de 2013	955.846.956	1.834.872.567
Cisão parcial (nota explicativa nº 1.b)	(72.935.502)	(140.014.869)
Posição acionária em 31 de dezembro de 2014 e 2015	882.911.454	1.694.857.699
Em razão da cisão parcial concluída em 1º de março de 2014, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.b), o capital social da Companhia, no valor de R\$183.286, foi reduzido para R\$172.786, uma redução, portanto, no valor de R\$10.500, correspondente ao valor contábil do capital social cindido da Companhia, representado por 882.911.454 ações ordinárias e 1.694.857.699 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal.		

A Companhia tem como principal acionista o Grupo Tavex S.A. ("Grupo Tavex"), sediada na Espanha, controlada do Grupo Camargo Corrêa.
b) Reserva legal
Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, até que alcance 20% do capital social, de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades por Ações.
c) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2011, foi aprovada a proposta para pagamento de dividendos no montante de R\$2.578, referente ao lucro líquido auferido no exercício de 2010, dos quais R\$1.600 e R\$893 foram pagos no exercício de 2013 e 2015, respectivamente, remanesecendo um saldo de R\$95 a pagar.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$5.772, referentes ao lucro líquido auferido no exercício de 2011, os quais se encontram pendentes de pagamento.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento. a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2015	2014
Ativos financeiros-		
Caixa e equivalentes de caixa	25.228	15.601
Aplicação financeira	14.857	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado-		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Contas a receber de clientes	34.611	33.045
Contas a receber de partes relacionadas	9.253	8.163
Mútuos a receber de partes relacionadas	186.320	191.363
Partes relacionadas	10.057	8.142
Outras contas a receber	23.711	10.974
Passivos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	5.179	7.122
Fornecedores - partes relacionadas	109	287
Empréstimos e financiamentos	305.833	349.620
Mútuos a pagar de partes relacionadas	158.340	94.717
Partes relacionadas	7.038	7.918

b) Considerações gerais
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e contratos de mútuo, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo acionista Camargo Corrêa S.A., controlador do Grupo Tavex.
Aplicações financeiras
A política de aplicações financeiras eleger as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados e define os limites a serem aplicados em cada uma delas, estando a Companhia dentro desses limites em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.
Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos
Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos e por importação de insumos, a Administração, seguindo diretrizes do acionista Camargo Corrêa S.A, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.
c) Risco cambial
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	2015	2014
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	21.736	212
Contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas	12.018	9.661
Mútuos com partes relacionadas	192.249	195.085
Total do ativo	226.003	204.958
Passivo:		
Contas a pagar a fornecedores	(522)	(522)
Empréstimos e financiamentos (valores sem efeito do swap)	(352.677)	(309.408)
Total do passivo	(353.199)	(309.930)
Exposição cambial líquida	(127.196)	(104.972)

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos a receber de clientes e partes relacionadas, de empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outros, denominados substancialmente em dólares norte-americanos.
d) Detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, compostas como segue:

	Valor de referência (nacional)	Valor justo - R\$	Efeito acumulado até 31/12/15 a mercado. Valor a receber (pagar)
Descrição			
Contratos de "swap":			
Posição ativa:			
US\$ + 3,80% a.a.	R\$104.716	186.968	53.619
Libor + 1,30% a.a.	R\$287.158	302.992	6.530
VC + 5,13% a.a.	R\$30.000	34.107	2.196
		524.067	62.345
Posição passiva:			
113,65% do CDI	R\$104.716	133.348	-
98% do CDI	R\$287.158	296.462	-
128,0% do CDI	R\$30.000	31.912	-
		461.722	-
Contratos a termo de moeda NDF (*):			
Posição comprada	US\$26.667 mil	106.579	1.833
		106.579	1.833
Valor líquido a receber			64.178

(*) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma operações em aberto totalizando o valor nacional de US\$26.667 mil, equivalentes a R\$106.579.
Prazos de vencimento
"Swaps": R\$104.716 em fevereiro de 2016, R\$287.158 em abril de 2016 e R\$30.000 em agosto de 2016. NDF: R\$106.579 (US\$26.667 mil) em janeiro de 2016.
O saldo ativo de R\$64.178 refere-se ao ajuste líquido a receber calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2015, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos", conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

e) Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo acionista controlador Grupo Camargo Corrêa. A Tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

e.1) Risco de mercado
A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, os quais envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.
i) Risco cambial
Em virtude das contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.
São considerados os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como os fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros
Esse risco decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

e.2) Risco de crédito
Tal risco é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.
A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

É considerado baixo o risco de não liquidação das operações que a Companhia mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.
Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas substancialmente em um prazo médio em torno de 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

e.3) Risco de liquidez
A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.
A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e o caixa e equivalentes de caixa.

f) Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	25.228	15.601
Aplicação financeira	14.857	-
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(305.833)	(349.620)
Dívida líquida	(265.748)	(334.019)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	112.534	(20.526)
Índice de dívida líquida	2,36	(16,27)

g) Valores de mercado
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas de encerramento das demonstrações financeiras aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar a fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.
A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidênciação.
h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos - "swaps"
Considerando as operações de "swap" cujo risco passou a ser CDI:

	Perda	
	Cenário 1	Cenário 2
Aumento do CDI	9.403	12.448
A Administração considera uma variação do índice aplicável de 25% e 50% para os cenários 1 e 2, respectivamente.		

Considerando que a operação de "swap" de R\$104.716, atrelada ao dólar norte-americano possuía vencimentos em fevereiro de 2016, a Companhia entende não ser aplicável a análise de sensibilidade, uma vez que esta foi efetivamente liquidada, com taxa de R\$3,9412, gerando ganho líquido de R\$43.418, nas demonstrações financeiras do período subsequente.
Instrumentos financeiros derivativos - NDF
Considerando que a operação de "forward" atrelada ao dólar norte-americano possuía vencimentos em janeiro de 2016, a Companhia entende não ser aplicável a análise de sensibilidade, uma vez que esta foi efetivamente liquidada, com taxa de R\$4,0838, gerando ganho líquido de R\$4.155, nas demonstrações financeiras do período subsequente.

Risco de taxa de juros
Exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2015	2014
Total dos mútuos a pagar	158.340	158.340
Aplicações financeiras	(16.490)	(16.490)
Exposição líquida	141.850	141.850

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos e dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao CDI, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas pelo CDI (nota explicativa nº 6), a Administração da Companhia entende que, considerando como baixo o risco de grandes variações no CDI em 2016, levando em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos, para a análise de sensibilidade para o risco de aumento nas taxas do CDI e da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, que afetariam as despesas financeiras da Companhia, deve ser considerado um aumento máximo de 25% na taxa do CDI (representando um incremento de aproximadamente 3,30 pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$14.098.
Risco cambial
Considerando as exposições cambiais descritas no quadro do item c) anterior, em 31 de dezembro de 2015 a análise de sensibilidade seria como segue:

	Ganho (Perda)		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aumento do US\$	(31.799)	(63.598)	8.600
Considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 de R\$3,90/US\$1,00, o cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano (R\$4,88/US\$1,00) e o cenário 2, uma desvalorização de 50% (R\$5,86/US\$1,00).			

A Administração considerou para análise de sensibilidade para o cenário 3 a taxa de câmbio da data de elaboração das demonstrações financeiras de R\$3,64/US\$1,00, por entender que as variações cambiais para o exercício incorrido foram relevantes.
i) Operações de Pré-Pagamentos de Exportação - PPE e adoção da prática contábil para proteção ("hedge accounting")
Para o encerramento do exercício de 2014, a Administração, com base no plano de negócio, revisou as exportações altamente prováveis previstas para suportar o "hedge accounting" e, com base no teste de efetividade do "hedge accounting", reverteu integralmente o montante de R\$19.982 (R\$13.188 líquidos dos impostos) registrado na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, contra o resultado do exercício. Com isso, decidiu por revogar a adoção de tal prática a partir de janeiro de 2015.

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Em 1º de janeiro de 2000, foi lançado o ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar (anteriormente denominado SPASAPREV - Sociedade de Previdência Privada) para os empregados da Companhia.
É estruturado na modalidade "benefício definido", totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Prev", estruturado na modalidade "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

Os valores atuariais registrados na Companhia são:

	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial	(902)	(1.565)
Valor justo dos ativos do plano	2.390	2.172
Ativo (passivo) líquido total (*)	1.488	607

(*) Ativo registrado na rubrica "Outros créditos" no ativo não circulante e passivo registrado na rubrica "Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego" no passivo não circulante.
As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para os exercícios de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto financeiro	12,56%	11,46%
Inflação de longo prazo	5,00%	5,00%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 (-10)	AT2000 (-10)

A contribuição efetuada pela Companhia no plano de benefício definido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$545 (R\$589 em 31 de dezembro de 2014).
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita bruta de vendas:		
Mercado interno	188.111	270.634
Mercado externo	34.608	26.144
Abatimentos e cancelamentos	(3.036)	(6.139)
Impostos incidentes sobre as vendas	(32.245)	(46.647)
	187.438	243.992

23. DESPESAS POR NATUREZA

	2015	2014
Materia-prima	66.167	94.525
Salários, encargos e benefícios	36.624	42.253
Energia e combustíveis	27.486	29.721
Outros	26.891	35.731
Custo dos produtos vendidos	157.168	202.230
Salários, encargos e benefícios	6.943	7.902
Propaganda e publicidade	3.169	4.738
Serviços de terceiros	11.405	11.246
Fretes	4.570	6.153
Outras	5.462	7.907
	31.549	37.946

Classificadas como:
Despesas com vendas
Despesas gerais e administrativas

	19.662	23.795
	11.887	14.151
	31.549	37.946

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2015	2014
Receitas:		
Ganho processos tributários e cíveis	8.806	-
Ganho na venda de imobilizado	2.747	-
Venda de excedente de energia elétrica	-	6.509
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	-	3.619
Outras	5.187	-
	16.740	10.128

Despesas:
Reestruturação operacional
Reversão de provisão para perdas no imobilizado (nota explicativa nº 13)
Baixas líquidas de bens do imobilizado (nota explicativa nº 13)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 18)
Outras

	(223)	(113)
	-	557
	(2.410)	(659)
	(4.581)	(11.389)
	(7.214)	(19.902)
	9.526	(9.774)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2015	2014
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.182	1.891
Juros sobre recebimento de contas a receber em atraso	1.600	2.974
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	9.439	7.722
Atualização monetária de créditos tributários (nota explicativa nº 9)	20.841	-
	34.062	12.587

Despesas financeiras:
Juros sobre empréstimos e financiamentos
Juros e atualização monetária sobre mútuos e aval concedido a parte relacionada para empréstimos e financiamentos
Descontos concedidos
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos
Despesas bancárias e outras

	(14.073)	(22.205)
	(19.397)	(8.817)
	(3.092)	(4.679)
	(40.376)	(24.090)
	(5.884)	(2.958)
	(82.822)	(62.749)

26. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	2015	2014
Variação cambial ativa:		
Mútuos com partes relacionadas	86.513	23.122
Caixa e equivalentes		